

RORAIMA: UMA HISTORIOGRAFIA EM CONSTRUÇÃO

Jaci Guilherme Vieira
Universidade Federal de Roraima

Resumo

O texto analisa a produção historiográfica do atual estado de Roraima, no que diz respeito ao lugar das populações indígenas na ocupação de suas terras. Essa análise tem início por meio das primeiras crônicas dos funcionários coloniais, passando pela análise de curiosos, dissertações e teses. Analisa parte da história da região, desde sua ocupação pelas populações indígenas, pelos portugueses, missionários, militares e fazendeiros, culminando hoje com um dos principais motores da história de Roraima: a homologação das terras indígenas, objeto que atrai um número considerável de pesquisadores.

Palavras-chave: Roraima – Indígenas – Homologação – Historiografia.

Abstract*

The text analyses the now a days historiography production in the State of Roraima, which concerns the place of the native populations in the occupation of their lands. This analysis begins with the first chronicle of the colonial functionaries, passing by the analyses of curious people, dissertations and thesis. Analyses part of the region history, since its occupation by the natives, the portuguese, missionary, military and farmers, culminating today with one of the principal engine of Roraima City history: the homologation of the native lands, object that attracts a considerable number of researchers.

Key-words: Roraima – Native indians – Legal ratification – Historiography.

Nas duas últimas décadas temos percebido uma preocupação por parte de historiadores em estudar a questão indígena no Brasil, especialmente no que se refere à luta dessas populações pela demarcação de suas terras. No simpósio da Associação Nacional de Professores de História (ANPH) de 2002, realizado em

** Tradução: Maty Gueye.

João Pessoa, mais de setenta trabalhos foram apresentados sobre a temática indígena, sinais eloqüentes do avanço nesta área de estudo. O texto que agora apresentamos esta ligada a essa inquietação.

Afirmamos inicialmente que muitos foram os cronistas e funcionários coloniais que deixaram registros, temos notícias de uma infinidade, que tiveram seus relatórios publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (IHGB) principalmente na segunda metade do século XIX, pois o novo país precisava ser reconhecido geográfica e historicamente, projeto que teve a marca e o apóia financeiro direto do Imperador D. Pedro II. Assim, primeiramente, destacaremos os olhares dos primeiros viajantes sobre a região. Em seguida os trabalhos de curiosos e acadêmicos sobre a história do atual estado de Roraima.

Os estudos antropológicos relativos à Amazônia tiveram início nas últimas duas décadas do século XIX. Porém, já a partir do início do século XVIII, vários funcionários coloniais, deixaram inúmeras informações, em forma de relatórios, sobre as etnias indígenas existentes no Rio Branco. Muitos desses textos são ricos em detalhes, porém em sua maioria tentam sempre esconder a real situação dos índios, no que diz respeito principalmente ao conteúdo da sua exploração como mão-de-obra, mas não omitem sua importância como artifício para consolidação das fronteiras no extremo norte da colônia, hoje omitida, como teremos a oportunidade de olharmos por intelectuais que querem apagar tal projeto.

Os trabalhos que ora apresentaremos, com algumas exceções, vêem o índio como pertencendo a um passado longínquo, cuja integração definitiva à nação, abandonando seus valores e sua cultura, seria somente uma questão de tempo. Além disso, parte dessa produção foi realizada dentro da década desenvolvimentista dos anos de 1970 e da década perdida de 1980, período difícil de contestar as palavras “civilizações e progresso”, no qual também a perspectiva de integração dos índios nessa sociedade dispensaria a demarcação das terras e sua proteção específica.

Um dos primeiros trabalhos a serem analisados será do funcionário colonial já citado, o Dr. Ribeiro de Sampaio, que esteve no Rio Branco em 1777, numa Missão fiscalizadora, a mando do Governador e Capitão Geral da província do Rio Negro, Dr. João Pereira Caldas, dentro da política portuguesa de justificar a posse em função das inúmeras incursões estrangeiras à região.

Em seu diário, não traz nenhuma novidade sobre a exploração vivida pelos índios, mesmo porque esse não era seu objetivo. Seu relatório, porém, torna-se importante para antropólogos e historiadores a medida em que enumera, com um certo cuidado, as várias etnias com que manteve contato e que poderiam ser localizadas na região. Ainda fez questão de assinalar outras, de que só pôde ter notícias, pois estavam localizadas em regiões de difícil acesso. Com as que teve contato, fez questão de descrever seus costumes, noticiando, já naquele momen-

to, o desaparecimento de algumas etnias, não explicando, sintomaticamente, porém, quais seriam suas causas.

Afirma, Sampaio, que os índios mantinham uma relação harmoniosa com os portugueses, pois admitiam a religião católica facilmente. Segundo seu olhar, os pais davam seus filhos, os “curumins”, com entusiasmo e alegria para serem batizados e mostravam também o interesse por receber esse sacramento da Igreja.

Segundo relato de Ribeiro Sampaio reinava nas cinco povoações visitadas por ele, em 1777, um clima harmonioso entre índios e os poucos não-índios, objetivo pretendido pela lei do Diretório dos Índios de 1757. Por outro lado, o que se percebe nesse relato é que os índios são repudiados, não possuíam desejos e, “futuro” algum, se não houvesse a intervenção portuguesa, como o projeto dos aldeamentos, imprimindo assim um discurso de messias, capaz de salvar as populações indígenas.

Alexandre Rodrigues, três anos depois, iria contestar essa análise. Para ele, a realidade se mostrava totalmente diferente, pois se iniciavam as primeiras revoltas indígenas. Esse estudioso da região amazônica deixa o melhor documento desse período sobre a realidade dos povos indígenas no Rio Branco.

Alexandre Rodrigues fez parte da única expedição científica patrocinada pela Coroa portuguesa com destino à Amazônia, que durou dez anos, tempo suficiente para fazer um minucioso relato de toda a região. A tarefa seria situar as cidades, vilas, rios, e serras; conhecer e engrandecer as riquezas minerais, a fauna, a flora e, principalmente, definir os limites do território.

Corria o ano de 1780, da graça de nosso senhor Jesus Cristo, Alexandre Rodrigues foi contratado e destacado para fazer uma avaliação do efetivo potencial econômico e do rendimento dessa região, que, nas últimas duas décadas do século XVIII, sua ocupação não teria sido ainda consolidada. Incumbira-se, especialmente, de fazer uma avaliação precisa dos aldeamentos indígenas.

Ao que tudo indica, talvez por não manter um vínculo como funcionário colonial, não disfarçou a realidade e seu olhar não poupou críticas ao modelo de aldeamento secular empreendido no Rio Branco, onde fez questão de assinalar a exploração da mão-de-obra indígena, como também fez severas críticas aos próprios diretores e religiosos, que criavam uma censura, desrespeitando a vida social dos índios, na medida em que seus hábitos culturais eram negados e substituídos por outros, completamente alheios ao seu modo de vida original, além de mandar prendê-los sem motivos aparentes. Ao mesmo tempo, relata os problemas sérios por que passavam as povoações, acusando todos os comandantes que ali estiveram de não terem proporcionado nenhum progresso em suas instalações, principalmente no setor agrícola, responsável pela subsistência dos seus moradores, dos quais 99,9% eram constituídos de índios das mais variadas etnias.

Esse documento possibilita dar uma versão coerente aos motivos que leva-

ram os índios do Rio Branco a se revoltarem, de 1780 em diante, o que marcou, por sua vez, a decadência do modelo pombalino de colonização para a Amazônia.

Lobo D'almada funcionário leal e dedicado aos interesses da Coroa Portuguesa, preocupou-se, num primeiro momento em seu relatório a coroa em acusar principalmente os holandeses e os espanhóis em sua crônica. Afirmando que esses não tinham interesse em colonizar a região. Segundo ele, seus interesses estavam voltados ao tráfico de índios para servirem de escravos nas colônias da Guiana.

Mas veio de Lobo D'Almada, uma contribuição importante para as comunidades indígenas de Roraima, pois teve o cuidado de identificar 22 etnias, localizando com exatidão os diversos povos que habitavam o Rio Branco no final do século XVIII. Esse documento torna-se mais importante na medida em que derruba a tese difundida pelos mais diversos grupos de interesse que insistem em questionar a origem dos indígenas da região, ou seja, insistem em propagar a tese de que os índios de Roraima não são originários do Rio Branco, e sim do Caribe, tendo chegado à região apenas no final do século XIX e início do século XX. A primeira parte é verdadeira, mas a segunda não possui amparo dentro da história da região, basta lermos os documentos do período colonial. Mas a classe dominante insiste que, segundo essa tese, os índios não possuem direito algum sobre as terras que ocupam, bem como aquelas que reivindicam para serem demarcadas em áreas contínuas.

Outro autor que analisou o vale do Rio Branco foi o pernambucano Joaquim Nabuco. Escreveu ele o *“Direito do Brasil”*, obra que reúne a defesa da causa do Brasil ao Rei da Itália, que era o árbitro na questão de limites com a Guiana Inglesa, em virtude do tratado de 1901.

Preocupado em justificar a antiguidade da posse pelos portugueses, a contribuição de Nabuco torna-se importante, pois apresenta uma documentação da Região Norte, especificamente do Rio Branco. Assim, qualquer trabalho, ao se referir ao período colonial, terá que passar necessariamente por sua obra, embora ela não satisfaça quanto à questão indígena. Quem esperava encontrar alguma análise sobre a apropriação de trabalho, resgate ou escravidão indígena, ficará surpreso, pois o autor não faz sequer um simples questionamento das revoltas indígenas ocorridas, limitando-se a recolher documentos que provariam novas tentativas de reestruturação dos aldeamentos.

Em momentos da obra, faz sinceros elogios à introdução do gado na região, parabenizando o responsável pela idéia. Temos aí, portanto, uma exaltação do modelo de colonização seguido pelos portugueses no Rio Branco. Por outro lado, faz severa crítica ao processo de colonização holandesa, ao mencionar um relatório de um funcionário colonial holandês, que afirmava estariam os índios do extremo norte da colônia portuguesa mais protegidos sob a bandeira inglesa como também aos cuidados da Igreja protestante. Joaquim Nabuco saiu em defesa das instituições portuguesas, advertindo que há muito tempo a escravidão indígena teria

sido abolida no Brasil. Percebe-se, assim, que o autor não possuía real conhecimento do assunto, talvez por estar escrevendo a defesa do Rio Branco na Europa, e não na Amazônia. Sabe-se que a realidade indígena, pelo menos nessa região, era completamente diferente do que escrevia Joaquim Nabuco, que talvez estivesse influenciado pela visão romântica do índio, muito presente no antigo regime, tanto na literatura, como na pintura, e nas próprias moedas comemorativas do Império.

Joaquim Nabuco ainda faz afirmações duvidosas, aludindo que os índios retirados do Rio Branco eram recebidos como livres nas famílias do Pará; análises feitas por Nadia Farage, que teremos oportunidade de ver, mostram exatamente o contrário. Como liberal, acreditava nas instituições e principalmente no direito positivo; tenta mostrar que no país existia uma série de leis rigorosas para punir os infratores que cometessem delitos contra as populações indígenas e que essas leis já estavam assinalando uma grande transformação nos costumes.

Ao final de sua defesa a respeito do direito do Brasil sobre as terras em litígio, admite que toda a região do extremo norte, particularmente da área disputada entre a Inglaterra e o Brasil, cerca de 19.630 km², separados pelos rios Tacutu, Cotingo até o rio Rupuni, teria sido povoada por índios, retirados de várias regiões do Rio Branco, tendo sido dominadas as mais variadas etnias para servirem como uma espécie de escudo para o domínio português. Joaquim Nabuco reutilizou o termo “muralhas dos sertões”, descrito pelos cronistas, com o objetivo de referir-se à grande muralha humana, edificada através dos aldeamentos, com os índios de Roraima, para garantir a posse da terra à metrópole portuguesa.

Outro trabalho que trata ainda da história de Roraima é do professor Gursem de Miranda: “O Forte São Joaquim do Rio Branco” Tal obra é um reflexo do discurso da elite local sobre as populações indígenas de Roraima, pois questiona se estas têm ou não direito à demarcação de suas terras.

Nessa obra, o índio é colocado completamente à margem do processo de colonização da região. O autor constrói e exalta a figura dos comandantes do forte São Joaquim que, segundo ele, foram, ao longo das décadas que por ali passaram, os verdadeiros responsáveis pela colonização, tentando apagar desesperadamente o papel histórico das etnias indígenas como agentes desse processo.

Para legitimar o poder das elites, o autor fecha os olhos às dificuldades e tensões do passado, tentando idealizar a colonização de Roraima, baseado no discurso dos homens brancos que ali teriam chegado na segunda metade do século XIX. Não por acaso, tenta esconder os levantes ocorridos nos aldeamentos pombalinos do século XVIII e, quando os cita, coloca esse momento importante de resistência dos povos indígenas como fato sem significado, sem importância. Numa atitude hostil, trata da revolta da praia do sangue, um levante contra os “civilizados”, como uma forte tentativa de desequilibrar o povoamento do Rio Branco.

O trabalho apresenta a construção do Forte São Joaquim em 1765, quando na verdade deu-se dez anos depois. O grande problema desse trabalho, entretanto, não é de ordem cronológica, mas a posição que defende, ultrapassada e conservadora, com relação à terra indígena, auxiliado possivelmente pelo Direito positivista. De acordo com ele, as populações indígenas, que ao longo de vários séculos vêm resistindo à invasão de suas terras, não têm direito a elas: “... *os silvícolas desconheciam o sentimento de propriedade privada, escapando-lhes, assim, quaisquer arguições destes direitos*”. E numa linguagem mais jurídica, sentença: “*Daí não caber o deferimento de quaisquer prerrogativas científicas em seus benefícios*”.

Com essas palavras insiste em defender que as etnias indígenas em Roraima não possuem direito algum sobre suas terras, porque são “*errantes*”, não se apegam ao território, não têm a noção da propriedade privada dessas terras que, por um direito natural já pertenciam aos seus antepassados. O argumento do professor Gursem de Miranda não pode ser levado a sério, pois já em 1680 o direito natural às terras que ocupavam era garantido aos índios pelo alvará de primeiro de abril do mesmo ano.

Discordamos inteiramente de Gursem de Miranda, quando afirma que a falta de noção de propriedade privada das etnias indígenas serve de razão para o não reconhecimento do direito às terras que ocupam. Em nossa avaliação o que garante a propriedade da terra não é o conhecimento ou não do conceito de propriedade privada, mas a própria ocupação prévia, isto é, a própria história da ocupação, isto sim é que define em primeira instância se as etnias têm ou não direito às terras que ocupam.

Finalmente, seu trabalho peca do ponto de vista metodológico, pois não tem a mínima preocupação em apresentar suas fontes pesquisadas, limitando-se a mostrar uma pequena bibliografia ao final do texto. Este autor trata a História como sendo a História dos grandes vultos brancos, os verdadeiros heróis das elites, os bandeirantes de Roraima.

Trabalho no campo da história política que tem se destacado, especialmente na região, é o do Administrador Aimberê Freitas. Cidadão roraimense ocupou diversos cargos públicos, incluindo o de Secretário da Agricultura no período da ditadura militar, momento da história brasileira que ele denomina, por mais de uma vez, de “movimento militar”, ao qual tece uma série de elogios. Segundo ele, foi durante esse período que Boa Vista teria sido finalmente dotada de toda a infra-estrutura necessária a uma capital.

Inicialmente, Freitas esquece que dotar Boa Vista de uma infra-estrutura moderna fez parte do “Plano de Integração Nacional” como também da ideologia dos militares que se refletia nas regiões de fronteira, explicitando sua concepção de guerra interna, que deveria ser vencida a qualquer custo para garantir a “segurança nacional”. Tal concepção que permeou todas as ações militares na região, baseadas nas supostas presenças externa e interna do inimigo. Assim pode-

se Justificar a construção da Br 174, que teve muito mais objetivos estratégicos e econômicos, proporcionando uma rota militar para a fronteira da Venezuela, terminado ao norte nos grandes depósitos minerais descobertos em várias áreas indígenas. Justifica também a construção de uma cidade moderna cujos objetivos, entre outros, era dar comodidade, principalmente, aos militares que para lá eram então destacados, fato que merece ainda maiores estudos.

Ao tratar do período colonial no Rio Branco, afirma acertadamente que, no início da colonização, os aldeamentos foram estabelecidos dentro da ótica do Diretório Pombalino; no entanto, engana-se ao afirmar que a escravidão indígena havia sido extinta, e que isso “era coisa do passado”. Outro erro está em afirmar que Portugal passou a dar um tratamento mais humanitário aos índios e que, para as atividades escravistas, “a Coroa deu prioridade à vinda de escravos negros da África para as terras do Brasil”. Em primeiro lugar, o autor não deixa claro o que seria um “tratamento mais humanitário aos indígenas”, pois sabemos que não havia nada de humanitário nos aldeamentos; em segundo lugar, o que ele quer dizer quando se refere às “atividades escravistas”, que para tal teriam os negros vindo da África?

Freitas mostra um total desconhecimento do fato de que o uso e o predomínio da mão-de-obra indígena no Norte do Brasil estão ligados a descapitalização dos próprios colonos. O que foi válido para as Regiões Sudeste e Nordeste não pode ser generalizado para toda a colônia. Parece que o autor não se deu conta de que a mão-de-obra indígena foi usada em grande escala pela economia colonial, ficando de fora somente no âmbito da produção açucareira, em que a mão-de-obra utilizada em massa foi à negra. A mão-de-obra indígena foi importante especialmente nos setores marginais da economia. Como exemplos, poderíamos mencionar o recolhimento das drogas do sertão na Amazônia, ou mesmo na lida com o gado nas fazendas do Rio Branco, durante os séculos XIX e XX. Ficamos com as palavras de Gorender que, mais criterioso afirma:

“Ao que tudo indica, o negro constituía, já na primeira metade do século XVII, a força de trabalho fundamental das regiões de economia plantacionista próspera, continuando o índio recurso preponderante ou quase único das regiões pobres, onde a produção de lucrativos gêneros de exportação não vingava”

Quando analisa a história mais recente de Roraima, Aimberê Freitas faz severas críticas à política indigenista adotada no país, especialmente a que não permite a exploração de minérios nas terras indígenas, sendo esse o grande desejo das elites locais, como sendo a grande mola propulsora do desenvolvimento do estado. Esquece por completo a desgraça causada pela invasão das aéreas dos Yanomamis, nem se quer mencionando tal fato, quando sua obra foi revisada. Volta ao tema quando

exalta a criação do Estado de Roraima, em 1988, criticando veementemente a União por manter sob a sua tutela 150km de faixa de fronteira, além de criar reservas ecológicas e principalmente reservas indígenas que, segundo ele, não param de crescer. Salienta que o governo estadual possui somente 10% de sua área total para planejar e trabalhar livremente, sem depender da União, o que considera um obstáculo para o Estado planejar seu desenvolvimento. Num gesto claramente ideológico reafirma, com veemência, a superioridade dos não-índios como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da região. Em seguida, responsabiliza a União e as comunidades indígenas pelo não-desenvolvimento de Roraima.

Na verdade, o que está por trás do discurso ideológico, de que a demarcação significa “muita terra para pouco índio”, é a tentativa de passar para a opinião pública a idéia de que demarcar terras indígenas significa um atraso para o Estado, com diminuição do espaço para os não-índios. Questão polêmica, que deve ser discutida à luz de dados estatísticos, pois é fato que Roraima é um dos maiores Estados da Federação, com aproximadamente 225 mil quilômetros quadrados e uma pequena população, cerca de 324.397 mil habitantes, em sua maioria vivendo na Capital, sendo que 37.681 se compõe de diversas etnias Indígenas, não existindo como quer afirmar o autor uma na entrelinhas um vazio demográfico.

Esse autor se esquece de mencionar alguns dados importantes referentes à população indígena, que obviamente necessita de terras para sobreviver e se auto-sustentar. Ao levarmos em conta toda a população do país, faz sentido dizer que exista “muita terra para pouco índio”. Porém, se analisarmos a presença indígena no âmbito dos estados, micro-regiões e municípios, a situação é bem outra. Este é o caso específico do atual estado de Roraima, onde a população indígena corresponde a 72% da população rural. Só no município de Normandia, 92,7% da população é composta de índios Macuxí, segundo dados de João Pacheco de Oliveira: “...Tais cifras mostram quanto podem ser enganosas as inferências sobre a problemática indígena que transferem automaticamente para o âmbito das regiões e Municípios o fato genérico da pequena significação demográfica (0,16%) da população indígena em relação ao total da população brasileira.”

Freitas afirma que a Igreja Católica de Roraima, juntamente com os índios, seriam os grandes responsáveis pelos conflitos permanentes com os fazendeiros. Como muitos brasileiros conservadores, ele acredita, ao nosso ver, que padres e bispos devem permanecer na sacristia comendo, rezando e confessando, ficando alheios dos problemas políticos e sociais que envolvam as suas comunidades.

O autor afirma que as terras do norte e nordeste de Roraima foram ocupadas por pecuaristas, porque eram devolutas, portanto pertencentes à União. Nessa crítica a essa posição simplista se deve ao fato de ele possuir os subsídios necessários para entender que essas terras, segundo elas devolutas, historicamente

pertencem às mais variadas etnias indígenas, que resistem ainda hoje na região. Além disso, seu conceito de terras devolutas, especificamente nessa região, está completamente equivocado, pois sabemos que a Constituição de 1891, em seu artigo 64, transferia para os estados, nesse caso o Amazonas, somente as terras devolutas e não as terras ocupadas pelas etnias indígenas, como bem nos esclarece Manuela Carneiro da Cunha: “Houve, de maneira geral, uma confusão que se disseminou a partir de 1891, e durante algum tempo, pensou-se que as terras indígenas como um todo houvessem passado ao domínio do Estado.”

É sintomático que em sua análise as terras historicamente ocupadas pelos índios Macuxi e os Wapixana não recebam grande destaque, como também fez questão de mencionar que os conflitos entre índios e não-índios, só começou a aflorar depois da tomada de posição da Igreja Católica em favor da demarcação de suas terras.

Essa posição é reafirmada em outro trabalho, denominado “História Política e Administrativa de Roraima”, em que, fazendo uso da história oral, Freitas toma o testemunho de dois ex-governadores do antigo Território Federal: Ene Garcez, que governou o estado em 1945 e Hélio Campos, na primeira vez de 1967 a 1969 e na segunda vez de 1970 a 1974. Ambos afirmam que nunca enfrentaram ou tiveram qualquer tipo de problemas com os índios da região; para Hélio Campos, os índios nunca reivindicavam terras durante a sua passagem por Roraima.

Ao olharmos os arquivos do antigo SPI, verifica-se que esse posicionamento não condiz com a realidade, uma vez que encontramos diversas solicitações dos índios de Roraima a esse órgão, para que interviesse numa série de casos de invasões de suas terras por parte de fazendeiros. Constam dessa documentação declarações de vários tuxauas, ou mesmo de famílias indígenas isoladas, que passaram a encaminhar queixas aos inspetores do SPI ou a FUNAI. A maior parte dessas reclamações é sobre invasão de suas terras por parte dos fazendeiros, proibição de construção de casas, de criação de porcos, de retirada das palhas do buriti, como também de proibição aos índios de voltarem às suas casas, devido a problemas anteriores com fazendeiros. Vejamos um telegrama datado de março de 1953, assinado por Alberto Luz, funcionário do antigo SPI, comunicando que havia chegado a sede da fazenda São Marcos o tuxaua Candido Adriano da Silva Mota que solicitava providencias imediatas por parte daquele órgão, pois suas terras, localizadas na comunidade de Napoleão (atualmente dentro da Terra indígena Raposa serra do Sol) estavam sendo cercadas pelo fazendeiro de nome Emiliano Medeiros.

Mas isso não é tudo, o autor em questão se esquece de mencionar, em seu trabalho, um projeto de lei, elaborado então pelo Deputado Hélio Campos, de emenda constitucional em 1979 que; se aprovado na época, expulsaria todas as populações indígenas das áreas de fronteiras no Brasil. Isso facilitaria principalmente a exploração das riquezas minerais em Roraima, detectadas na região de Surucucus, coração

do território Yanomami, como também acabaria com a pressão já exercida pela incipiente organização dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios.

Essa constatação leva-nos a concluir que nas obras dos historiadores da região não se encontra, sintomaticamente, um relato que registre as tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, insatisfações e resistência por parte das populações indígenas em Roraima.

Ao final de seu trabalho, numa tentativa de exprimir neutralidade nesse imenso debate, único a mobilizar toda a sociedade no estado de Roraima, Aimberê Freitas depois de se ter colocado ao longo da sua obra a favor dos não-índios, questiona: Com quem devem ficar realmente as terras de Roraima, com os índios ou com os fazendeiros e garimpeiros?

Podemos afirmar que a obra de Freitas é um esforço de compreensão da história de Roraima, mas pertence ao quadro das pesquisas que, consciente ou inconscientemente, não conseguem enxergar oposição entre os índios e a sociedade envolvente. Agarrados ao mote do regionalismo, tentam esconder as relações de dominação entre estes.

Já com a institucionalização dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, na década de 60, uma pesquisa na área de Antropologia é realizada em 1965 e publicada em 1972 pela Universidade de Marília, em São Paulo. Trata-se da tese de Doutorado do Professor Edson Soares Diniz, que dedica boa parte de sua pesquisa ao estudo do contato interétnico entre os Macuxi e a população não-índia da região.

Embora os números apresentados referentes às entradas realizadas pelo Rio Branco, no século XVIII, já tenham sido superados pelos novos trabalhos desenvolvidos, foi ele o primeiro a falar de escravidão indígena em Roraima sem colocar um ponto final nessa questão depois da lei dos Diretórios Pombalinos, e, principalmente, depois da construção do forte São Joaquim.

Como outros antropólogos de sua geração, fez uso nessa pesquisa da teoria da fricção interétnica, concebida como o contato entre as populações indígenas e segmentos da sociedade brasileira caracterizadas por seus aspectos competitivos e, no mais das vezes, conflituosos. Levando em conta a questão econômica, social e política como ponto de partida, avaliou a situação e os problemas dos índios no antigo Território Federal de Roraima, no conjunto da sociedade envolvente, contribuindo para dar visibilidade a um grande número de conflitos em curso, como também para mostrar a luta pela sobrevivência por parte dos Macuxi e dos Wapixana que na década de sessenta, já estavam com alto grau de contato com as chamadas frentes de expansão: pecuária e mineração.

Tratando do tema mais polêmico - a ocupação das terras indígenas, principalmente do território Macuxi - Diniz não esconde sua posição, afirmando que as fazendas ali instaladas eram muito recentes, datando das primeiras décadas do

século XX, quando se iniciou um grande avanço na região do médio Surumú, que teve sua primeira fazenda formada em 1923, a fazenda Hamburgo, de propriedade do Sr. Homero Cruz, que em 1925 já possuía 700 cabeças de gado.

Em sua pesquisa não deixa dúvidas quanto à exploração da mão-de-obra realizada pelos primeiros fazendeiros da região, onde a pecuária extensiva, segundo ele, que sofria de carência de braços, teria aproveitado com muito vigor os índios Macuxi e os Wapixana na roça, em ocupações domésticas e no trabalho braçal.

Enquanto os historiadores locais afirmam que nas décadas de 60 e 70 não havia conflitos, envolvendo os índios e a questão da terra, Diniz, percorrendo nesse período a região do “lavrado”, afirma o contrário. Aponta, por exemplo, que já havia uma ruptura entre índios e não-índios, uma hostilidade nem sempre manifestada, cuja oposição de objetivos era patente.

Para o antropólogo, os índios já não se conformavam com a invasão de suas terras, a exploração desleal de seus produtos comerciais, ou ainda a venda de sua força de trabalho. Segundo ele, havia resistência que, embora não se exteriorizasse através de meios violentos ou de formas organizadas de classe, dava-se por meios de furtos, fugas, embriaguez, ociosidade ou ainda por explosões puramente emocionais.

Num último momento do seu estudo, o autor parece que já previa uma situação de ruptura total dos índios com a sociedade envolvente. Dar-se-ia tal fato, afirma, quando comesse a se desfazer a dicotomia reinante com a acentuação da emergência do sistema de classes.

Ao que tudo indica, sua previsão, se assim podemos chamar, concretizou-se em parte, a partir do início da década de 1970. Se até então os índios não tinham tido maneira de se organizar politicamente, essa situação é diferente a partir daí, pois em termos políticos os índios Macuxi, principalmente, são organizados e mobilizados. Ali surgiram lideranças, muitas delas reconhecida nacional e internacionalmente, que reivindicam agora em foros competentes da justiça brasileira, através do Conselho Indígena de Roraima (CIR), a definitiva demarcação de suas terras, processo que se arrasta desde 1969, quando de suas primeiras reuniões que evoluíram para as Assembléias, organizadas junto com a Igreja Católica de Roraima.

Diniz conclui, enfatizando sua preocupação com o destino dos grupos tribais de Roraima e tentando responder a uma pergunta que, na década de 1960, parecia ser a grande preocupação dos antropólogos: em que situação ficaria os índios, neste caso os Wapixana e Macuxi, do então Território Federal de Roraima, em interação com a sociedade envolvente? O pesquisador afirma que, como resultado dessa interação, os aspectos políticos e econômicos da vida tribal são os mais afetados, e que naquele momento os indígenas viviam numa situação ambivalente, mais próxima da *alienação* do que da integração com a sociedade regional.

Mais recentemente [1995], outro estudo importante sobre Roraima foi pu-

blicado pela Universidade Federal de Pernambuco. Trata-se de uma pesquisa financiada pelo CNPq, do professor Nilson Crócia – *“Roraima: Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional”*. Esse trabalho não trata especificamente sobre a demarcação das terras indígenas, porém é inevitável a um pesquisador que se dedique a estudar Roraima não se preocupe em mencionar os conflitos existentes entre índios e a sociedade envolvente na região.

O autor procura mostrar a mobilidade populacional, bem como a modificação ou a dinâmica das paisagens que, por sua vez, envolve as comunidades indígenas e principalmente as áreas onde viviam antes da chegada dos não-índios.

Crócia, acertadamente, afirma que a região onde se teriam localizado os Macuxi no século XVI - fugindo dos espanhóis e das guerras intertribais - era ocupada pelos Wapixana, com quem passaram a disputar espaço. Essa região foi ocupada pela pecuária, com a chegada dos primeiros colonos civis, no final do século XVIII e início do XIX, estendendo-se para as savanas até o rio Rupuni, divisor de fronteira ao norte com a Guiana. Segundo ele, as terras onde viviam os indígenas já estavam prontas para o criatório, não necessitando de nenhum investimento inicial para remover a floresta: “Uma vez que foram essas áreas de vegetação aberta - localmente denominada de lavrado - foram também os índios aí localizados os primeiros a sofrer o empuxe e absorção das rarefeitas migrações que se dirigiam para Roraima ao longo do século XIX e início do século XX...”

O autor constatou que as terras ocupadas por indígenas, desde o século XVI, passaram a ser utilizadas na pecuária três séculos depois. Afirma também que os fazendeiros, ao perceber a movimentação por parte dos índios de iniciar a luta pela demarcação de suas terras, juntamente com a Igreja Católica, impedem que os índios circulem livremente por suas fazendas, como acontecia no passado.

Crócia parece ser pessimista quanto ao futuro econômico de Roraima. Acredita que os discursos ambientalistas e indigenistas impõem uma forte influência nos organismos multilaterais de financiamento de infra-estrutura, caso os fazendeiros ou o Estado pensem em investir prioritariamente no setor agropecuário, isto porque toda a região Norte e Nordeste de Roraima, conclui o autor, já possui uma imagem pública conhecida internacionalmente como um Estado indígena, com diversas áreas de conflito, o que não irá seduzir investidores tanto nacionais como internacionais até que se resolva o conflito entre as elites locais e as organizações indígenas.

O autor apresenta a possibilidade dos indígenas serem absorvidas e se tornarem resíduos quase irreconhecíveis, devido ao movimento da sociedade expansiva. Projetos desse tipo não faltaram. Se pensarmos bem, essa era a essência do Diretório Pombalino: alcançar a inserção das populações indígenas na sociedade colonial. Pelo menos na Amazônia essa proposta teria fracassado, deixando uma grande dívida e o grande ônus para as comunidades indígenas. O que se percebe, du-

rante a leitura da obra em questão, é que o autor não demonstra acreditar no poder de mobilização política das comunidades indígenas de Roraima que, ao longo dos séculos, vem resistindo e mais recentemente, em meados da década de setenta, ganhou um poder de mobilização maior, contando com o apoio financeiro e político de diversas Organizações não-Governamentais, nacionais e internacionais.

Outra obra no conjunto da historiografia de Roraima que não poderia escapar à esta análise chama-se *Muralhas do Sertão*, dissertação de mestrado da professora Nádia Farage.

A autora faz parte de uma nova plêiade de pesquisadores das Ciências Sociais, cuja preocupação não está somente em estudar a história do contato interétnico das populações indígenas. Sua preocupação vai além, relacionando-se com a própria questão indígena, no que diz respeito, principalmente, à demarcação de suas terras. Assim, seu trabalho pode estar relacionado na chamada “antropologia da ação”, segundo a qual os estudiosos oferecem seus serviços às etnias, visando à demarcação de suas terras, elemento considerado fundamental para a sobrevivência dos índios em qualquer região.

Esse trabalho é importante em nossa discussão, pois a autora derruba também a tese utilizada pelos mais variados grupos de interesse local, que afirmam a todo o instante que os índios de Roraima vieram do Caribe, portanto, não têm direito à terra em que habitam. Para ela, teria sido esse o elemento principal de argumentação das próprias Coroas portuguesa, holandesa e espanhola para dominarem a região. Os pretendentes, no período colonial, ao domínio com exclusividade das áreas, apegavam-se exatamente a esse argumento, afirma Farage, para mostrar que as diversas alianças realizadas com os índios da região é que dariam a prova cabal do domínio do território. Dessa forma seus domínios territoriais foram estendidos até onde ia seu sistema regular de trocas e influências com as populações indígenas locais. Não foi por acaso que Joaquim Nabuco, contratado pela jovem República, para mostrar com a documentação referente aos aldeamentos no Rio Branco, tentando provar a todo custo que, primeiro foram os portugueses que se interessaram em estabelecer uma base sólida de colonização com os próprios índios das beiradas dos rios e das serras no extremo norte do país.

A autora mostra que o processo de dominação no período colonial, no Rio Branco, esteve basicamente ligado a cooptação das lideranças indígenas, na figura do “principal” líder do grupo. Desse modo, os colonizadores entenderam que esse elemento político das etnias tornava-se indispensável no projeto de ocupar e obter a hegemonia do território.

Seu trabalho se atém ao estudo da região do Rio Branco nos séculos XVII e XVIII. Os protagonistas, portanto, não poderiam ser os portugueses colonizadores, mas as etnias indígenas que resistiram, morreram ou foram servir como

escravos nos arredores de Belém do Pará e, principalmente, nas colônias inglesas ou holandesas da América no mesmo período.

Muralhas do Sertão é uma obra de peso, que ao longo desses últimos anos vem resistindo e conseguindo romper com a historiografia reescrita da classe dominante local, colocando o elemento indígena como protagonista da história do Rio Branco e não o bandeirante, como é recorrente. Por outro lado, coloca novos elementos na discussão sobre a Amazônia como um todo e principalmente sobre o índio do Rio Branco, colocando-o como elemento principal do projeto de colonização portuguesa. É um dos primeiros trabalhos a analisar com muito cuidado e critério a questão da escravidão indígena no extremo Norte do Brasil, mais precisamente em Roraima, nos séculos XVII e XVIII.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Nilson Cortez Crócia. *Roraima Paisagem e Tempo na Amazonia Setentrional*. Recife: Ed. UFPE, 1995.
- DINIZ, Edson Soares. *Os Índios Macuxi do Roraima*. Marília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1972.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão* 1990.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. In: *Relatos da Fronteira Amazônica no século XVIII*. Marta Rosa Amaroza & Nadia Farage (Org.). São Paulo. Núcleo História Indígena/USP; Fapesp:1994.
- FREITAS, Aimberê. *A História política e Administrativa de Roraima 1943 - 1985*. Manaus: Ed. Humberto Calderaro, 1993.
- FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Manaus: Editora Grafima, 1996.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo. Editora Ática, 1985.
- MIRANDA, Alcir Gursem. *Forte de São Joaquim do Rio Branco*. Belém: Graficentro, 1993.
- NABUCO, Joaquim. *O Direito do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, S/D.
- SAMPAIO, Ribeiro Francisco. Relação Geográfica-Histórica do Rio Branco da América Portuguesa. *Revista do IHGB, Rio de Janeiro*, Tomo XIII, n.18, p.208-209, 1850.